

Critica à teoria do valor utilidade em economia: Uma perspectiva lógica e ontológica

Gabriel Fernandes¹
Ledson Gomes²

Resumo: As duas teorias do valor de maior circulação na ciência econômica contemporânea são a teoria do valor utilidade e a teoria do valor trabalho. Como essas duas teorias são não só divergentes, mas mutuamente excludentes, a pergunta que se coloca é: qual das duas teorias do valor é mais abrangente e explicativa? Essa pergunta é relevante porque uma fundamentação errônea da teoria do valor acarreta uma teoria econômica igualmente errônea. Para atender ao objetivo de responder a essa pergunta, o primeiro objetivo específico será investigar as capacidades explanatórias das duas teorias frente a um problema específico, o processo de acumulação de capital, crucial para explicar a dinâmica do capitalismo contemporâneo. A hipótese é de que a teoria utilitarista é incapaz de explicar esse processo, já que o seu pressuposto de que os indivíduos buscam produzir para satisfazer o consumo presente ou futuro não explica porque grandes capitalistas continuam a investir mesmo quando não aumentam mais seus níveis de consumo. Por outro lado, defender-se-á que a teoria de Marx consegue explicar esse processo porque não parte das características dos indivíduos, mas da concorrência entre capitalistas: eles são obrigados a investir sob pena de ficarem em desvantagem frente a seus concorrentes e, assim, serem expulsos do mercado.

Um segundo objetivo específico é encontrar as razões que levam uma teoria que possui limitações teóricas, como a utilitarista, a se cristalizar e tornar-se predominante. Através da investigação ontológica, defender-se-á que o status da teoria se mantém por atender a demandas sociais dominantes.

Palavras-chave: Valor, Marx, Neoclássicos, Crítica ontológica, Acumulação Capitalista

A critique of economics' value theory of utility: A logical and ontological perspective

Abstract: The two theories of the highest circulation value in contemporary economic science are the value theory of utility and the theory of labor value. Since these two theories are not only divergent, but mutually exclusive, since value derives either from labor or from marginal utility, the question arises: which of the two theories of value is more comprehensive and explanatory? This question is relevant because an erroneous reasoning of value theory leads to an equally erroneous economic theory. To answer this question, the first specific objective will be to investigate the explanatory capacities of the two theories before a specific problem, the process of capital accumulation, crucial to explain the dynamics of contemporary capitalism. The hypothesis is that utilitarian theory is unable to explain this process since its assumption that individuals seek to produce to satisfy consumption does not explain why large capitalists continue to invest

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes

*** Contribuiu, na condição de orientador deste trabalho, o Prof. Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF).

even when they no longer increase their consumption levels. On the other hand, it will be argued that Marx's theory succeeds in explaining this process because it is not part of the characteristics of individuals, but rather of the competition between capitalists: they are forced to invest, otherwise they are at a disadvantage compared to their competitors. , To be expelled from the market. A second specific objective is to find the reasons that lead a theory that has theoretical limitations, such as utilitarianism, to crystallize and become predominant. Through ontological research, it will be argued that the status of theory remains to meet dominant social demands.

Keywords: Value, Marx, Neoclassical, Ontological critique, Capitalist accumulation.

1. Introdução

Toda teoria econômica tem por base a pressuposição de uma teoria do valor, e, portanto, a determinação errônea de uma teoria do valor comprometerá todo o escopo da teoria econômica. De modo que apresenta um embate³ entre as duas principais teorias do valor na ciência econômica, a teoria do valor trabalho, na perspectiva de Marx, e a teoria do valor utilidade, na ótica marginalista.⁴

Em vista que as duas não podem atuar de forma complementar, exprimindo uma relação excludente entre si, se torna necessário investigar qual delas se apresenta como a mais apta a explicar o funcionamento da economia, sendo este o objetivo do trabalho em questão.

Na primeira seção deste artigo, se procurará verificar até onde se estende a capacidade explicativa da teoria neoclássica, a qual possui supremacia no cenário econômico, no tocante ao investimento e os motivos dessa limitação pela própria lógica interna da teoria. Ademais, será feito um contraponto com a teoria marxiana, a qual possui um poder explicativo comparativamente maior teórica com relação a esse tema.

Na seção seguinte procuraremos entender o motivo por trás da manutenção da predominância da teoria neoclássica em vista de suas deficiências explicativas, para isso se utilizará como instrumento analítico à crítica ontológica, por meio da qual serão apresentados os motivos em que, mesmo não obtendo êxito na tentativa de sustentar seus argumentos no campo lógico, a teoria do valor-utilidade ainda se mantém como dominante no atual cenário econômico. Nesse sentido, a sua condição de hegemonia dentro da ciência econômica se explicaria por fatores ontológicos, ou seja, a teoria se

³ Contrariamente ao apresentado nos manuais de economia, os quais transmitem a visão utilitarista como se fosse única e definitiva para o desenvolvimento da ciência econômica.

⁴ Utilizaremos os termos “utilitarista”, “marginalista” e “neoclássico” como sinônimos.

sustenta por critérios que para além da questão lógica, atendem também determinadas demandas sociais dominantes. Desse modo, no próprio âmbito social, a teoria do valor utilidade manteria uma relação de necessidade que perpetua seu viés hegemônico.

2. A crítica lógica

2.1 *O Investimento*

Para tratar da explicação do processo de acumulação⁵ a partir da teoria do valor utilidade, tomemos a obra de León Walras, *Princípios de Economia Política Pura*, um dos pais fundadores da teoria utilitarista. Ao iniciar sua exposição sobre a sua obra, o autor afirma:

Enfim, o mundo pode ser considerado um vasto mercado geral composto de diversos mercados específicos onde a riqueza social é vendida e comprada, e, para nós, trata-se de reconhecer as leis segundo as quais essas vendas e compras tendem por si próprias a serem feitas. Para isso suporemos sempre um mercado perfeitamente organizado em relação à concorrência, como em Mecânica Pura primeiro supõem-se máquinas sem atrito. (WALRAS, 1988)

Ao longo do tempo houve uma grande modificação na teoria, no entanto, certas suposições simplificadoras se mostram cristalizadas nos manuais modernos de microeconomia⁶, tais como aquelas ligadas à concorrência perfeita nos mercados. Dentre as quais se coloca em destaque o apartheid entre os indivíduos, como consumidores direcionados pela utilidade e ofertantes de fatores de produção, e as firmas, demandante desses fatores e produtoras dos bens e serviços a serem consumidos.

Conduziremos de forma menos abstrata, considerando que as firmas estão de posse de indivíduos, ou de um grupo de indivíduos. O proprietário de uma empresa teria a opção de repartir o lucro entre consumo, poupança e investimento; ocorrendo de forma análoga em uma sociedade por ações. O consumo sendo a via que possibilita a saciedade de suas necessidades, a poupança, pode-se ser considerada nula, para fins de análise.

O investimento é um elemento à parte. Caso se dirigisse o lucro em grande parte para o consumo em dado período, prejudicando aquela parcela necessária para que a produção, de sua empresa, operasse minimamente nas bases do período anterior, o lucro

⁵ Acumulação no sentido de acumulação de capital.

⁶ Cf. Pindicky 53-88, 159-252; Varian

posterior seria prejudicado; logo, dado o caráter racional dos indivíduos, se destinaria uma dada quantidade desse lucro para a manutenção de uma produção, em um nível igual ao mesmo período em que se obteve o lucro.

Ainda dentro da lógica utilitarista, seria justificável ocorrer o investimento contínuo e em escala ampliada, como meio de obter lucros cada vez maiores, para que se possibilite um maior consumo; porém, como a teoria pressupõe que as necessidades possuem um caráter ilimitado, que se demanda um consumo, por sua vez, ilimitado; necessitando de um investimento crescente ad infinitum.

Poder-se-ia ocorrer a dúvida como essa visão pode se harmonizar com a limitação da teoria neoclássica para um dado tamanho de firma “normal” no longo prazo, onde se auferiria lucros normais, dado o encontro do preço de mercado com o ponto mínimo do custo médio de longo prazo dessa firma. Por isso nos referimos ao investimento *latu sensu*, ou seja, lucros obtidos em uma firma em particular podem ser investidos em outras firmas. Tendo em vista que indivíduo, ou um grupo, pode ser detentor de várias firmas, atuando assim em diversos mercados distintos e/ou possuindo diferentes firmas dentro de um mesmo mercado.

Logo, seguindo esse raciocínio, ao entender como esse consumo se dirige, pode-se compreender como o investimento ocorre. Desse modo, deve-se analisar os fatores relacionados ao consumo e suas limitações, tanto de forma ampla, assim como apontar onde se dirige às questões próprias da teoria microeconômicas.

Considerando o consumo, um indivíduo, em certo período, está exteriormente limitado, em última instância, pelo tamanho da riqueza social, o produto da economia, produzida no mesmo período. Porém, essa fronteira para a apropriação também é uma idealização, pois para a manutenção da economia é impossível que uma pessoa ou um grupo de poucas pessoas se aproprie da totalidade da riqueza social; já está sempre deve estar disponível em quantidade tal que permita o consumo da força de trabalho empregada e potencial. Excetuando essa parcela da riqueza que devem se destinar a terceiros, em vista da manutenção da dinâmica econômica, o indivíduo ainda se defronta com uma quantidade prodigiosa de bens disponíveis para seu consumo pessoal.

Com relação ao âmbito pessoal, as condições que limitam o desejo da obtenção dos bens é a restrição orçamentária e a utilidade que atribuída aos bens, que leva em consideração a quantidade que se possui e suas preferências particulares.

Torna-se notável que, dentre a composição da riqueza, sua maioria é produzida por firmas, contudo, sua totalidade não é estritamente proveniente delas. Há a grande parcela dos bens, que podem ser produzidos e reproduzidos pelo esforço humano no processo produtivo nas indústrias, os quais se circunscrevem na categoria os bens econômicos⁷, estes que teoria microeconômica analisa. Porém, há também aqueles bens que não podem ser reproduzidos pela indústria, ou que as mesmas prescindam, devido a diversos fatores, que podem ser chamados de bens não-econômicos⁸.

A grande parcela dos consumidores tem por principal impedimento à saciedade sua restrição orçamentária. No entanto, há alguns indivíduos na sociedade, como os capitalistas de determinados ramos da indústria ou relacionados com finanças, que são notáveis pelo seu poder de compra, derivado de seus prodigiosos rendimentos. Para os últimos, se é permitida uma apropriação vultosa da riqueza social.

Logo, suponhamos a existência de um grande capitalista, que possua uma renda tal magnitude, advinda de uma série extensa de investimento, que lhe permita a capacidade de obter todos os bens econômicos que ele deseja; deve-se frisar que um consumo máximo baseado nas necessidades ilimitadas por si só não pode ser considerado razoável sua existência, tanto teórica como prática. No entanto, para esse determinado conjunto de bens, os bens econômicos, se é plausível pensar que pode existir uma renda tão elevada que permita o consumo total, pelo seu possuidor, dos bens dessa categoria.

Portanto, em vista de um consumo máximo de bens econômicos, seguindo o pensamento microeconômico, a teoria neoclássica não consegue explicar o processo de acumulação por considerar que as necessidades dos diferentes indivíduos da sociedade são saciadas tão somente por um consumo de um mesmo tipo, além de não vislumbrar outros fatores que as satisfazem; como, para o caso dos capitalistas, o investimento. Não se haveria motivos para continuar investindo de forma crescente; porém, esse pensamento entra em conflito com a verificada ampliação contínua dos investimentos. Sendo assim, agora é necessário mostrar o porquê da lógica utilitarista, contida na Microeconomia, falha em elucidar essa questão.

⁷ Dentre os bens que se encaixam nessa categoria estão os bens de subsistência (roupas, calçados, bebidas e alimentos ordinários), meios de produção (máquinas, equipamentos e insumos de um modo geral), etc...

⁸ Tem-se por exemplos de bens não econômicos as obras de arte, vinhos advindos de safras seletas, restritas a determinadas regiões; alimentos que não podem ser cultivados, como no caso da trufa; roupas feitas sob encomenda, etc...

O pensamento utilitarista conduz sua análise de forma a entender que todos os indivíduos têm que vender algum fator de produção para receber dado tipo de remuneração que, excetuando pelo nome, não gera nenhuma diferença substancial aos seus possuidores. Isso lhes faz não vislumbrar as nuances que as diferentes propriedades conferem a seus possuidores e os efeitos colaterais em suas ações. O que lhes faz incorrer que as necessidades são supridas via consumo de bens finais, sendo os mesmos bens econômicos; essa dimensão limitada pode consoar com o consumo dos trabalhadores, que recebem um salário que lhes permitem se apropriar, no geral, somente desse tipo de bem. Porém determinadas necessidades sociais, específicas da classe dos capitalistas, são satisfeitas somente pelo investimento; que se é necessário para a manutenção de sua condição de capitalista.

Isso nos leva a um fator subestimado que é o resultado da concorrência nos mercados, os quais têm por resultado não a mera distribuição das mercadorias, relacionadas a um sistema de preço dinâmico, mas a um ímpeto, aparentemente exógeno, ao capitalista de investir cada vez mais; pois caso não proceda dessa forma, há a tendência a sair do mercado, expulsos pelos seus congêneres que continuam a investir. Mostrando assim que a concorrência não leva a nivelar o mercado somente com as firmas mais eficientes, dada a uma dinâmica impessoal da economia; mas existe o ímpeto constante do capitalista, movido por questões estritamente pessoais, de se manter nos mercados.

A teoria não consegue explicar porque determinado grupo de indivíduos, os grandes capitalistas, continue a acumular mesmo depois de ter atingido o seu consumo máximo de bens econômicos. Esse fato empírico é contraditório com os pressupostos da teoria neoclássica, segundo os quais o investimento, e a poupança que o antecede, são feitos visando consumo futuro, e não um entesouramento sob a formação de acumulação de capital. Em outras palavras, esses pressupostos da teoria neoclássica a impedem de explicar o fato empírico do processo de acumulação.

O objetivo desta subseção foi defender que a teoria neoclássica, devido à sua formulação de que o objetivo dos indivíduos na produção é o consumo, não consegue explicar o processo de acumulação. Já na próxima subseção o objetivo é mostrar como a teoria de Marx em O Capital trata desse mesmo problema, para na segunda, e última, seção, realizar uma comparação entre as duas teorias buscando uma explicação de

porque uma formulação com os problemas da neoclássica se tornou e permanece hegemônica dentro da teoria econômica.

2.2 A crítica marxista

Partindo, portanto, de uma abordagem sob a perspectiva marxista, pode-se realizar um nexos entre o mais-valor extraordinário e a necessidade do capitalista de se manter no mercado e aumentar respectivamente sua produtividade. Ou seja, o mais-valor extraordinário caracteriza-se pelo progresso técnico e aumento da eficiência produtiva de um capitalista de maneira isolada, o que lhe permite que se reduza o necessário para produzir dada mercadoria frente ao tempo de trabalho socialmente necessário. Pode existir a tendência, ao longo do tempo, dessa manifestação de mais-valor transformar-se em mais-valor relativo⁹, com o respectivo progresso técnico e aumento da produtividade dos outros capitalistas. O capitalista é impelido a manter o viés constante de elevação da produtividade, sob a perspectiva de conciliar o valor individual de seus produtos com o valor social. Caso o capitalista operando em situação de inferior produtividade comparado à média, o que ao longo do tempo o faria perder as condições de se manter no mercado, a partir das leis de concorrência.

Assim, o aumento constante da produtividade do capitalista não visa somente o aumento do consumo, mas sim a necessidade de se manter no mercado por conta da mudança nas relações já supracitadas entre o valor social e o valor individual. Em suma, existe a obrigação de se empenhar a cada ciclo de reprodução uma quantidade de capital maior do que a auferida no ciclo anterior, sendo a acumulação inerente às vontades do capitalista, pois, para permanecer nessa função, parte do mais-valor apropriado da produção antecedente pelo capital deverá ser destinada a ela própria, elevando o capital empenhado a cada ciclo, e, respectivamente, aumentando demasiadamente o nível de acumulação no decorrer das fases de reprodução, regime caracterizado por Marx como reprodução ampliada.

⁹ Isso ocorrerá caso esse aumento da produtividade de d e se generalize nos ramos que produzem os bens de subsistência para os trabalhadores ou nos ramos que produzem o capital constante, meios de produção, que entra na produção dos primeiros.

Torna-se também notável como o economista vulgar¹⁰ reduz o capital à sua forma mais genérica através do conceito da mercadoria valorizada ao final do processo de produção, pois, atribui que um valor tenha mais valor do que realmente tem, optando, portanto, pela concepção de capital relacionado aos juros do que o lucro, ocultando a tendência desigual que está contida na natureza do capital, e concebendo a real relação que este possui. Desse modo, o economista vulgar evita a concepção de substância material do valor para seu valor de uso como fruto do produto do trabalho, onde se apresenta uma relação desmedida entre, por um lado, o valor de uso, uma coisa, e, por outro lado, determinada relação social de produção, o mais valor.

Logo, ao se reduzir todos os elementos produtivos, trabalho e capital, à mesma importância, não se pode sondar que sua interação ultrapasse uma dimensão mecanicista idealizada por uma homogeneidade artificial nos protagonistas da dinâmica econômica. O local de interação dos mesmos é obscurecido, no entendimento de uma Black Box, na qual se mostra insondável, para uma razão que prefere não entender as relações sociais de produção e busca legitimar as concepções mais rarefeitas sobre os elementos da economia.

Desse modo, a economia vulgar incorre em problemas para determinar o cerne do processo de acumulação em razão da névoa que paira sobre o local de onde se constitui a gênese do mais valor, na produção. Por conseguinte, o processo de produção para a economia vulgar desassemelha-se à capacidade de se considerar todos os componentes históricos que constituem o processo social, mistificando tais formas sociais, e, portanto, reduzindo o trabalho excedente – e conseqüentemente o mais valor – ao lucro do capitalista, descaracterizando a real natureza do mais valor e do trabalho, como afirma Marx:

No livro segundo era mister tratar da esfera da circulação, apenas em relação as determinações formais que ela engendra, evidenciando como prossegue o desenvolvimento, nela ocorrente, da configuração do capital. Na realidade, essa esfera é a esfera da concorrência e, se consideramos cada caso isoladamente, é dominada pelo azar; a lei interna que aí se impõe aos eventos e os regula só é perceptível quando são agrupados em grandes massas, e desse modo ela fica invisível e incompreensível para cada agente da produção [...]. A conversão da mais-valia em lucro é determinada tanto pelo processo de circulação quanto pelo processo de produção. Na forma de lucro, a mais-valia não se relaciona mais com a parte do capital desembolsada em

¹⁰ Termo utilizado por Marx para se referir aqueles economistas os quais creditam a todos os elementos da que participam da produção a capacidade de gerar valor.

trabalho e da qual se origina, mas com o capital todo. Leis próprias que regulam a taxa de lucro permitem e até condicionam a modificação dela com taxa invariável de mais-valia. Tudo isso dissimula cada vez mais a verdadeira natureza da mais-valia e, por conseguinte o motor autêntico do capital. Esse eclipse se acentua ainda mais quando o lucro se converte em lucro médio, e, os valores, em preços de produção, nas médias reguladoras dos preços de mercado. (MARX, 2008, p. 1092).

Com isso apresentou-se a incapacidade explicativa da visão neoclássica com relação a temática do investimento, os elementos que a impedem de conseguir chegar a respostas satisfatórias e como a teoria marxiana trata do mesmo aspecto, abordando o assunto de forma mais completa e condizente com o fatos. Porém, se torna patente pelo estado atual da ciência, que a teoria neoclássica preserva a sua dominância, mesmo não podendo explicar de forma consistente a realidade. Os motivos que sustentam esse arranjo, aparentemente paradoxal, serão expostos na segunda seção do artigo, que é constituída pela crítica ontológica a teoria neoclássica.

3. A crítica ontológica

Na seção anterior foi discorrido sobre problemas explicativos enfrentados pela teoria neoclássica com relação ao investimento e as inconclusões que essa teoria pode levar. Ademais, foi feito um contraponto com a visão marxiana sobre o assunto, sendo que esta última apresenta posições e elementos mais esclarecedores. Nessa segunda seção deste artigo, a finalidade será a investigação das causas e das razões pelas quais a teoria do valor utilidade permanece dominante, mesmo possuindo falhas teóricas, para conduzir tal investigação se abordará os elementos a partir de uma perspectiva ontológica.

Deve-se tornar notável que se dá como necessário a existência de uma crítica lógica da teoria, a qual ocorreu na primeira parte desse artigo, antes do desenvolvimento da crítica ontológica¹¹; fazendo com que a representação da teoria do valor utilidade sob a luz da crítica ontológica expõe sobretudo as concepções anteriores ao escopo da teoria pertencente à realidade, e que a fundamentam como base para os argumentos centrais na construção do processo de teorização.

¹¹ Para que a crítica ontológica se dê, é necessário que primeiramente se verifique a teoria como sendo “falsa” no âmbito de sua lógica interna para com a realidade. Dessa forma tem como necessário uma crítica lógica, na qual os limites da teoria serão apresentados e testados, para depois engendar a crítica ontológica.

Contudo, se realizará uma breve explicação do conceito da crítica ontológica com o intuito de esclarecer ao leitor dessa exposição o elemento focal que permeará toda a seção, e, respectivamente, dará luz as conclusões extraídas a partir das explanações abaixo.

A ontologia deriva de duas palavras a partir do conceito etimológico, onde “onto” representa o ser, e “logia” refere-se à palavra estudo, ou seja, a partir do conceito etimológico, tem-se que a ontologia representaria o estudo do ser. Já a crítica nesse caso deve-se à questão da fundamentação dos critérios por trás de tais visões, ideais, etc. Assim, a crítica ontológica aborda e analisa as concepções mais gerais do ser, para desse modo, realizar-se como base em uma concepção sobre determinada teoria.

Tomando como base Roy Baskhar, verifica-se a existência da relação entre indivíduo e sociedade, onde o cerne dessa concepção parte de duas fundamentações essenciais. Portanto, tem-se o caráter prático-dependente das estruturas sociais, ou seja, o modo de realização das práticas sociais representariam certo grau de importância nas estruturas sociais. Além disso, Baskhar introduz o conceito do caráter teórico-dependente das práticas, que por sua vez representa a realização das práticas determinadas por teorias prévias, onde estas embasam a orientação das teorizações que orientam as práticas. O resultado dessas duas concepções está representado no caráter teórico-dependente das estruturas sociais, o que remete ao caráter onde as estruturas sociais dependem das práticas, e que, por conseguinte, as práticas dependem das teorias, logo, as estruturas dependeriam das teorias. Dessa forma, há um cenário onde mesmo que se prove de maneira lógica a falsidade de determinada teoria, as práticas são determinadas por elas. Portanto, uma hipótese que logicamente prova-se falsa possui certa efetividade na esfera da realidade, ou seja, não é possível descartar tais teorias por conta justamente dessa efetividade¹², cuja efetividade atende a determinadas demandas sociais dominantes. Para o entendimento de como o pensamento marginalista atende a essas demandas, deve-se fazer um breve retrospecto da trajetória histórica da teoria do valor.

A primeira teoria do valor que possui contornos mais definidos é a teoria do valor-trabalho¹³, que teve sua trajetória célebre na economia política clássica ao ser

¹² Lukács usa a expressão “falso socialmente necessário”, justamente para ilustrar tal situação.

¹³ A fisiocracia e o mercantilismo são considerados sistemas de economia política, tendo por conseguinte suas próprias teorias do valor, no entanto o entendimento do que é riqueza para as mesmas é muito

desenvolvida por Smith e Ricardo. No período em que esses autores desenvolveram a teoria, os capitalistas não eram uma classe consolidada, ainda existia na sociedade resquícios do feudalismo, como isso, se destacava os senhores de terras como um importante polo de poder. Com isso se patenteou o destaque que a teoria do valor-trabalho de fundamentar a importância dos trabalhadores e dos capitalistas frente à nobreza; os dois primeiros se relacionam com o processo de produção, ou seja, com a produção da riqueza, já os nobres, eram vistos como apropriadores indêbitos de grande parte da riqueza criada. Na primeira metade do século XIX ficou claro a dicotomia entre os capitalistas e os senhores de terras, a qual tomou forma no famoso debate acerca da Lei dos Cereais¹⁴, que se desenrolou entre Ricardo, a favor dos capitalistas, e Malthus, a favor da nobreza, guiando também os escritos de ambos.

Um importante marco para os rumos em que a economia política ia tomar foi definido pelo lançamento de “O Capital”, de Karl Marx; na qual se desenvolveu, com maior rigor, a teoria do valor-trabalho e se ilustrou com maior detalhamento teórico oposição entre trabalhadores e capitalista, tema que perpetuaria grande parte da economia política a partir de então.

A mudança no embate entre capitalistas e senhores de terras para trabalhadores e capitalistas mostra uma mudança tanto no status quo da sociedade, como da abordagem teórica. A figura do senhor de terra foi cada vez mais fragilizada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, até que praticamente foi extinto, permitindo assim a ascensão dos capitalistas a uma posição de dominância estável nas várias nações onde o modo de produção capitalista se mostrou mais desenvolvido e nas outras nações que o tinham menos desenvolvido, por meio do imperialismo. Dessa forma, o desenvolvimento do modo de produção capitalista fez com que as relações sociais do mesmo também se desenvolvessem, aflorando o embate entre trabalhadores e

distinta da economia política pós-smithana, em que se considera como riqueza social a abundância de bens e serviços, entendimento no qual se baseia o presente trabalho; dado essa divergência fundamental não abordaremos esses sistemas de economia política pré-smithanos no presente artigo, mas não sendo as mesmas de menor importância.

¹⁴ O debate a cerca da Lei dos Cereais (Corn Laws) se desenrolou na Inglaterra, onde a referida lei colocava restrições, de caráter proibitivo, à importação de gêneros agrícolas, não tão somente aos cereais como o próprio nome da lei induz a acreditar. O debate se formou pois essa restrição as importações tinham a privilegiar os senhores de terras, os quais detinham amplo domínio da produção agrícola inglesa, os permitindo cobrar elevados preços pelos mesmos; isso era visto como um prejuízo aos capitalistas, pois os faziam pagar salários mais elevados aos trabalhadores, para que os mesmos pudessem subsistir com os preços dos bens agrícolas elevados, e fazendo com que os lucros capitalistas fossem deprimidos nessa situação.

capitalistas, o qual foi retratado no “O Capital”, e que não se apresentava nos primórdios da economia política clássica, dada que as relações sociais, mesmo sendo capitalistas ainda possuindo uma grande influência feudal, conduzindo o debate para outra direção.

Entretanto, com a consolidação dos capitalistas como classe dominante, os mesmos não queriam que houvesse a problematização dos arranjos que determinavam a dinâmica do sistema capitalista, dessa forma, o apoio antes creditado à teoria do valor-trabalho, que servia para fazer oposição a improdutividade dos senhores de terra, foi cada vez perdendo a sustentação dentre os capitalistas, entrando em voga teorias como as que creditavam a geração do valor a todos os elementos da produção.¹⁵

Em decorrência disso, os primeiros marginalistas¹⁶, tiveram suas ideias muito bem recebidas; tendo eles ousado, em sua teoria, descartar o protagonismo influência do trabalho na formação do valor, colocando-se assim explicitamente contrários a teoria do valor-trabalho até então dominante, entendendo que o que determina o valor é a utilidade dada aos bens pelos indivíduos; assim transferindo a importância do âmbito onde o valor é gerado da produção para a circulação. Acompanhado da criação da teoria do valor-utilidade, esses economistas, encantados pela ciência de Newton e suas conquistas, também começaram a matematizar a economia, a relegando ao universo abstrato das equações simultâneas.

Um dos píncaros alcançados pelo pensamento utilitarista foi obtido por Marshall, ao contrário dos marginalistas que o precederam, não apresenta uma disputa aberta contra a teoria do valor-trabalho, mas, aparentemente, criou um modelo conciliatório entre as vertentes da teoria do valor¹⁷. Esse modelo é o do equilíbrio parcial, no qual se pode perceber um duplo movimento. Primeiramente aderiu, em parte, ao entendimento da fórmula trinitária, a qual dissimula a importância do trabalho, frente ao capital e a propriedade da terra; com a repartição equitativa entre esses elementos da capacidade de gerar valor, o que antes era exclusividade do trabalho. Em segundo lugar, foi relegado ao mercado a determinação final do valor, pela definição deste depender da

¹⁵ Marx discute esse tema mais a fundo quando trata a cerca Fórmula Trinitária, no capítulo 48 do terceiro volume do “O Capital”.

¹⁶ Os quais são Jevons, Menger e Walras.

¹⁷ Stuart Mill, previamente a abordagem de Marshall, tentou conciliar as duas teorias, a do valor-trabalho e a do valor-utilidade, não obtendo sucesso.

interação entre os elementos relativos à produção e da utilidade¹⁸. Dessa forma se sacramentou o papel do mercado, como âmbito no qual se determina o valor, e o entendimento da produção como uma Black Box, na qual só ocorre a interação dos fatores produtivos.

Daí pode-se concluir que o presente estágio da teoria, na qual o neoclássicismo prepondera, é, portanto, consequência da resposta da estrutura social, dominada pela classe capitalista, a qual privilegiou, depois de sua ascensão, teorias que não problematizassem os elementos antagonismo social presente entre capitalistas e trabalhadores. Teorias não problematizadoras, levam a práticas não conflituosas, permitindo a manutenção do status quo. Assim, mostrando qual tipo de demanda social a teoria neoclássica responde a demanda da classe capitalista, proporcionando a perpetuidade de sua dominância.

4. Considerações finais

Por meio do presente estudo ficou patente a deficiência explicativa da teoria neoclássica frente a realidade, principalmente no tocante ao investimento. A idealização e homogeneização de vários aspectos por essa teoria, conduz a análises à indeterminações que não se sustentam por muito tempo, nos levando a buscar alternativas teóricas que confluem de forma melhor com os fatos, como a teoria marxiana.

No entanto, se apresentou dúvidas com relação aos motivos que levaram à cristalização em uma posição de supremacia da teoria neoclássica, mesmo possuindo as ditas falhas expostas anteriormente e havendo uma opção teórica que seria mais coerente. O esclarecimento dessa situação, aparentemente paradoxal, foi nos dada pelo instrumento da crítica ontológica, que mostrou que a predominância da teoria neoclássica se dá por razões além da lógica, determinadas pelas necessidades sociais dos capitalistas, como grupo dominante; para se manterem de forma estabilizada em sua posição privilegia dentro da sociedade; há um “falso socialmente necessário” para acobertar uma disputa que define essa sociedade onde produção capitalista impera. A

¹⁸ A interação da curva de demanda, a qual é determinada preponderantemente pela utilidade marginal. A interação da curva de demanda, a qual é determinada preponderantemente pela utilidade marginal, e a oferta, que se relaciona com a contribuição marginal dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), na ausência de qualquer interferência, determinaria um preço de equilíbrio, o qual seria igual ao valor.

teorização de um mundo onde o acaso das decisões individuais gerariam uma harmonia, encobre o mundo onde a coordenação das ações individuais proporciona um viés de privilégios para alguns, os capitalistas, em detrimento da fragilidade de outros, os trabalhadores, o que não pode ser encarado como harmonia de facto.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 2. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*, Volume III, Livro 3 - O Processo Global da Produção Capitalista, São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*, Volume V, Livro 3 - O Processo Global da Produção Capitalista, São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.